

Fiesp diz que só moratória supera crise

Jomar Morais

São Paulo — Na mais dura e explosiva manifestação do setor econômico diante da crise que ameaça o governo Sarney e a estabilidade do país, a poderosa Federação das Indústrias de São Paulo (Fiesp) acaba de admitir: a saída para as dificuldades pode estar na declaração, pelo governo, da moratória no pagamento dos juros da dívida externa brasileira. Num documento de sete páginas e meia, que reúne as ponderações de seus diretores e assessores técnicos, a Fiesp conclui que não há salvação para o presidente José Sarney fora de “um gesto heróico” diante da crise. “Ou ele ganha tudo ou perde tudo, o que só acontece com apostas ousadas”, diz o documento.

No mesmo estudo, que desde o início do mês vem sendo submetido à apreciação de líderes empresariais e políticos com influência no Palácio do Planalto, a Fiesp prevê alterações iminentes na política de informática. “Em relação a essa questão, o PMDB não poderá sustentar sua unidade diante de uma ampla coalizão militar-empresarial favorável à flexibilização”, diz o documento. Os capitães da indústria paulista, entretanto, querem barganhar eventuais modificações na reserva de mercado para computadores com favores do governo americano a exportações brasileiras para os Estados Unidos.

Dívida e mandato

Pessimista quanto às chances de o presidente Sarney contornar a crise política a que foi atirado pela falência do Plano Cruzado, a Fiesp acredita que uma frente de governadores manejada pelo presidente, como tenta Sarney, não será suficiente para fazer face a um PMDB

robustecido pela arrasadora vitória eleitoral de novembro passado. “O PMDB só muda se Sarney fizer-se forte”, diz o documento. E é aí que a direção da Fiesp considera a possibilidade de resolver-se o problema com fórmulas até então só acenadas pelos políticos de esquerda.

Para a Fiesp, que concentra hoje 50% do Produto Interno do país, os partidos políticos — mesmo o vitorioso PMDB — não conseguem representar a heterogeneidade de grupos e tendências da sociedade, que avançam velozmente num processo de organização e atuação independentes. Assim, a curto prazo, ressalta a análise, Sarney ainda teria como agir, tirando proveito da desarticulação de algumas forças sociais. Se perder tempo, no entanto, será tarde demais para fazer alguma coisa.

“O presidente tem que partir para um gesto heróico”, admite a Fiesp. “E a hipótese heróica é a declaração unilateral de moratória da dívida externa”. Caso as medidas econômicas que o governo tem baixado não se mostrem eficientes, as lideranças industriais de São Paulo acreditam que Sarney poderá recorrer à centralização do câmbio, com a suspensão por três meses do pagamento dos juros da dívida externa. Durante esse período, ele procuraria negociar com os credores novas bases de pagamento do débito. Esse “gesto heróico”, reconhecem, levaria a uma “mobilização das massas” em torno do presidente, que assim poderia obter da Assembléia Constituinte a sagração de seu mandato de seis anos.

Direita e esquerda

Ao longo da análise, o temor de uma explosão social diante da falta de rumos para a economia é o recheio de vários tópicos. A defesa de alterações nas regras

do comércio exterior e na questão da informática é explícita e, no tocante a esta, a posição da Fiesp tem o sabor de uma revelação para o mundo dos leigos: as pressões contra a reserva de mercado na área de computadores tem hoje a feição de um lobby militar-empresarial que passa por alguns pesos-pesados da indústria paulista e, pelo menos, por um ministro militar: o chefe do SNI, general Ivan Mendes. A Fiesp, entretanto, condiciona a ação do lobby à garantia do governo americano de que não punirá as exportações brasileiras com as restrições previstas no Trade Act.

Se conseguir sensibilizar setores influentes do PMDB, o documento da Fiesp poderá ter um papel decisivo sobre as definições a serem feitas nos próximos dias pelo presidente José Sarney. Com o mandato atravessado na guilhotina, Sarney tem sentido nos últimos dias todo o peso de escolher, praticamente sozinho, uma saída para a crise. Recentemente, conta um dos líderes do PMDB, o ministro do Planejamento, João Sayad, disse textualmente ao presidente que não se sentia em condições de garantir um caminho para o país livrar-se de suas dificuldades.

A tese da moratória, enfim, funcionaria como o condão capaz de unir, ainda que temporariamente, a conservadora Fiesp do empresário Mário Amato — que há dias chegou a pregar a desobediência coletiva ao congelamento de preços — e a agitada esquerda pemedebista. “Com a moratória enfrentaremos retaliações, recessão, talvez fome”, reconhece o deputado João Herrmann Neto (PMDB-SP), um dos defensores da tese. “Mas essa é a gravidez da liberdade, a oportunidade de o país encontrar o seu projeto econômico com soberania.”